



SOCIEDADE E NATUREZA: unidade e contradição das relações sócio-espaciais

Altemar Amaral Rocha
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

A discussão teórica acerca da relação Sociedade-Natureza e a forma como a geografia traduz esses conceitos no seu pensamento, é uma questão importante para o avanço da ciência geográfica. Neste contexto, as discussões fundamentam-se na articulação da epistemologia materialista e do pensamento crítico com a questão ambiental, que conduz ao estudo das relações de interdependência existentes entre os componentes do meio natural e da sociedade. Foi trabalhado o conceito de espaço geográfico do ponto de vista da epistemologia e da ontologia, pautados no conhecimento do território e na diversificação das atividades humanas como um todo. Além disso, realizou-se uma reflexão sobre a produção do espaço geográfico, tendo como fio condutor o espaço urbano e a urbanização. A discussão dos conceitos e ideias está permeada pela lógica da contradição contida na relação sociedade-natureza. Um conceito chave adotado foi o de produção do espaço e sua sistematização no pensamento geográfico, para compreender as formações sócio-espaciais advindas do processo de urbanização e sua classificação como categoria essencial na compreensão da dinâmica dos processos de apropriação e uso da natureza alocada no território. A conclusão desse estudo aponta a necessidade de ampliar os esforços de mediação da relação sociedade-natureza teoricamente falando, para diminuição dos problemas ambientais numa fase de pesquisa de campo assim fundamentada.

Palavras-chave: Sociedade-natureza, produção do espaço, espaço urbano, pensamento geográfico.

SOCIETY AND NATURE: UNIT AND CONTRADICTION OF THE SOCIO- SPATIAL RELATIONSHIPS

Abstract

The theoretical discussion about the relationship between society and nature and how the geography translates these concepts in his thought, is an important issue for the advancement of geographical science. In this context, the discussions are based on the articulation of materialist epistemology and critical thought with environmental issues, which leads to the study of interdependence between the

components of the natural environment and society. It worked the concept of geographical space in terms of epistemology and ontology, guided by the knowledge of the territory and the diversification of human activities as a whole. In addition, there was a reflection on the production of geographical space, with the thread urban space and urban development. The discussion of concepts and ideas are permeated by the logic of contradiction contained in the relationship between society and nature. A key concept adopted was the production of space and its systematization in geographical thought, to understand the socio-spatial formations resulting from the urbanization process and its classification as a category essential in understanding the dynamics of the processes of appropriation and use of nature in the territory allocated. The conclusion of this study highlights the need to expand the mediation efforts of the society-nature theoretically speaking, for the reduction of environmental problems in the research phase of the field well founded.

Keywords: Society-nature, production of space, urban space, geographic thought.

INTRODUÇÃO

A ciência é um diálogo com a natureza. [...] A realidade do devir é a condição sine qua non de nosso diálogo com a natureza. (PRIGOGINE, 1996).

A relação do homem com a natureza durante muito tempo e, até o presente momento, é permeada por diferentes condicionantes tanto da vida humana quanto da própria dinâmica da natureza. Essa relação está presente nas diferentes abordagens teóricas que tratam da questão, no entanto, é preciso refletir um pouco mais profundo essa questão.

Muitos têm sido os pontos de partida para a abordagem dos fatos físicos, ecológicos e sociais, (AB' SÁBER, 2006), referentes aos problemas socioambientais e áreas urbanas e principalmente em bacias hidrográficas. Neste caso, a análise Socioambiental, fundamentada nos processos interativos existentes na superfície terrestre com a sociedade, abre um largo horizonte de possibilidades de pesquisa, principalmente aquelas relacionadas com a identificação de parâmetros internos de influência indireta, bem como, através do sequenciamento de padrões temporais e espaciais.

“Durante muito tempo, houve a pecha de monotoneidade e extensividade de condições paisagísticas para o conjunto do espaço geográfico brasileiro” (AB'SÁBER, 2005). Principalmente pelas utilidades, diferencialidades e fragilidades ambientais apresentadas no território, especificamente, ambientes de bacias hidrográficas, mas com o avanço das atividades humanas, sobretudo nos finais do

Século XX e início do Século XXI, essa condição de natureza passa ser reconfigurada com novos arranjos nas paisagens resultantes das ações de cada sociedade em seu cotidiano. Neste sentido, o estudo da relação Sociedade-Natureza desponta-se como importante instrumento para análise sócio-espacial, oferecendo subsídio, em escala local para o planejamento urbano e territorial, a curto, médio e longo prazo, relacionando-se com a definição de estratégias de intervenção em problemas do meio físico e humano e em programas de desenvolvimento local regional e nos níveis nacionais.

Nos últimos anos, o homem tem participado como agente acelerador dos processos de desequilíbrios da paisagem, principalmente pelas atividades produtivas desenvolvidas nos territórios mais densamente ocupados. A escassez dos recursos naturais e, especificamente dos recursos hídricos, gera problemas de ordem econômica, política e social daí, a necessidade de um plano de desenvolvimento e gestão ambiental. Calcados na integração das ações de planificação territorial com um ordenamento dos setores produtivos para que os problemas de degradação da natureza advindos da produção social sejam equacionados.

Seguindo a lógica da totalidade, as contradições e as articulações que ocorrem na relação sociedade natureza e o modo como essas contradições são contempladas no pensamento geográfico evidencia-se uma necessidade de alargar as bases da produção do conhecimento voltadas para essa questão.

SOCIEDADE E NATUREZA: UNIDADE E CONTRADIÇÃO DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

Considerando a proposição dialética como base para interpretação da realidade sócioambiental, cuja reflexão é o espaço geográfico, eis que a contradição da cotidianidade aparece e revela a totalidade conflitiva da relação sociedade-natureza.

A unidade dos contrários possui uma dubiedade que recai sobre a análise espaço-tempo, dada pela historicidade e pelo materialismo histórico, pois, “a contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições, identidade” (LEFEBVRE, 1995. p 192.). Essa dinâmica possui uma polarização interna que é a base da contradição. Assim, ao falar de produção do espaço inevitavelmente evidencia-se a contradição dos processos e foi essa a premissa principal do ponto de partida para elucidar as questões que envolvem a sociedade e a natureza.

A articulação sociedade natureza no pensamento geográfico

A relação sociedade natureza bem como todo saber e todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas há muito tempo tem estado condicionado pelo contexto geográfico e ao mesmo tempo, associado ao ecológico e cultural em que produz e reproduz as variações da formação social. Leff (2002), afirma que as práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas, geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação da natureza.

Na relação sociedade-natureza, diversas são as formas de leitura da realidade, desde a Grécia antiga, passando pela concepção cartesiana de natureza e da racionalidade do pensamento, até uma visão determinista do século XIX. Eis que surge uma nova fundamentação do pensamento contemporâneo segundo a qual a nova concepção de natureza fica assim, configurada em suas linhas gerais:

Tudo aquilo que se considerava rígido, se havia tornado flexível; tudo quanto era fixo, foi posto em movimento; tudo quanto era tido por eterno, tornou-se transitório; ficava comprovado que toda a natureza se movia num eterno fluxo e permanente circulação. (ENGELS, 1991, p. 23).

Assim, o homem enquanto ser social domina e ao mesmo tempo produz a natureza que, de acordo com Engels (1991), os homens fazem, eles mesmos a sua história na medida em que evoluem enquanto espécie. Mas, nessa produção histórica, mesmo nas sociedades atuais, verificaremos que predominam os efeitos não previstos; que as forças não controladas são muito mais poderosas do que as postas em movimento de acordo com o plano estabelecido. E não pode ser diferente na produção para as necessidades de sua vida, isto é hoje em dia a produção social.

Já para Lefebvre (1995, p. 228.) 'O homem, em sua atividade prática, tem diante de si a natureza. Entre ele a natureza, durante sua ação, o homem inventa meios, intermediários: os objetos que ele cria e, notadamente os instrumentos'. Nessa concepção, os instrumentos não são exteriores à natureza; embora agindo sobre ela, fazem parte dela objetivamente. É no conjunto dos meios que se realiza o poder humano sobre a natureza.

Para Santos (2002), a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. Que significa o conjunto dos meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria espaço. Na verdade estas relações entre o conhecimento

teórico e os saberes práticos aceleraram com o capitalismo e com isso, intensificaram as técnicas paralelas ao desenvolvimento dessa tecnologia, desenvolveu-se a ciência moderna e sua racionalidade tanto científica quanto econômica.

“Com o modo de produção capitalista produz-se, a articulação efetiva entre o conhecimento científico e a produção de mercadorias por meio da tecnologia” (LEFF, 2002, p. 49.), apropriando se cada vez mais do ambiente. No principio tudo eram coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam também, a serem objetos. Santos (2004, p. 65), diz que assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais as coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor. Para Engels:

Somente a organização consciente da produção social, de acordo com a qual, produza e se distribua obedecendo a um plano, pode elevar os homens, também sob o ponto de vista social, sobre o resto do mundo animal, assim como a produção, em termos gerais, conseguiu realizá-lo para o homem considerado como espécie. A partir daí, iniciar-se-á uma nova época histórica, em que os homens como tais, (e com eles, todos os ramos de suas atividades, especialmente as ciências naturais) darão à sociedade um impulso que deixará na sombra tudo quanto foi realizado até agora. (ENGELS, 1991, p. 26-27).

Essa concepção demonstra que Unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a natureza, não só trasladando plantas e animais, mas também modificando plantas e animais em tão elevado grau que as conseqüências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre. Engels argumenta ainda que: Sendo assim, temos uma nova concepção entre as relações do homem com a natureza. Decorrente disso, o que obtemos é uma dialética entre sujeito e objeto, numa relação intensa a qual corresponde a uma objetivação e modificação das forças naturais, tanto as que o homem encontra em si mesmo quanto as que ele vê ao seu redor.

Santos (2004) demonstra uma teoria do espaço mediante a análise do sistema de objetos e sistemas de ação, associada a uma epistemologia pautada em categorias essenciais para a ciência geográfica tais como a paisagem, o território, a configuração territorial, o lugar, a região e o espaço. Nessa base epistemológica, a

produção das formas e conteúdos é precedida da noção de totalidade para a afirmação do discurso filosófico e do discurso geográfico.

A noção de totalidade como categoria analítica, capaz de ajudar a construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico deve estar imbuída de uma unidade, “a unidade dos contrários”. Para Milton Santos (2004), segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que a parte da unidade, o todo, mas a “Totalidade” não é uma simples soma das partes. As partes que formam a “Totalidade” não explicam a realidade, mas ao contrário, é a “Totalidade” que explica as partes. Outra forma de explicar a unidade dos contrários é pela relação dada a compreensão da atualidade que é a unidade do universal e do particular. Assim, tem-se que o particular se origina no universal e dele depende.

Há que considerar que o conhecimento na atualidade tenta romper com um paradigma dominante, que, é pautado numa racionalidade teórica perceptível nos vários níveis de conhecimento como é o caso da racionalidade ambiental ou racionalidade ecológica que define as regras do pensamento ambiental e a forma como a sociedade atua sobre a natureza. Para Santos (1993), existe um paradigma emergente o qual tende a suprimir o conhecimento dominante que, promoveu a hiperdisciplinarização do saber científico, e toda a problemática existente no tocante ao conhecimento científico. Santos (2004, p. 76), diz que “no paradigma emergente, o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal’... mas sendo total é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento, são adotados por grupos sociais concretos”.

Nessa mesma perspectiva de análise, Santos (1993), define o paradigma emergente como o conhecimento pós-moderno já que ao mesmo tempo em que ele é local é também total porque constitui projetos cognitivos locais, cuja ação é dada pela analogia e pela tradução dos conceitos noutros espaços atualmente produzidos e consumados socialmente. Santos (2004), afirma que, “o conhecimento emergente sendo total não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidades da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local”.

Essa concepção de ciência nos conduz para uma articulação entre as ciências na análise da relação sociedade natureza na forma holística, tal como define Santos (2008, p. 96), “na sua relação com a natureza, o homem não tem uma atitude de repetição, mas sim de invenção”. A relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza. Neste sentido, não dá para a geografia ser apenas determinista e ou descritivista como afirma Santos (1993) acerca do conhecimento.

No pensamento de Santos (1978, 1994, 1996, 2004), encontra-se uma análise sobre a relação sociedade natureza bem distribuída em toda a sua teoria sobre o espaço geográfico. Destacam-se aí, alguns tópicos, tais como: a aplicação do

trabalho sobre a natureza em “o homem e a produção”; a ação humana e a geografação do espaço; A natureza e suas próteses e o novo sistema da Natureza que aborda diversos tipos de atuação do homem sobre a natureza e abre caminho para mais tarde implementar o tema “a diversificação da Natureza com base no contexto da noção de totalidade, da unidade dos contrários do universal e do particular, permeada pela discussão sobre a divisão do trabalho”.

Trata-se de questões pautadas numa dialética espacial. Para Santos (2004, p. 63), “espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. É com base nessa idéia e nas noções de técnica e de tempo, de razão e de emoção, que é proposta a construção de um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico na passagem do século e, paralelamente, alicerçar a crença em um futuro melhor para todos os homens. Contrapondo-se à realidade de um mundo movido por forças poderosas e cegas, impõe-se a “força do lugar”, capaz de antepor-se, pela densidade humana, ao processo da globalização atual que intensifica as relações sociedade-natureza.

As questões ontológicas moldam a relação do homem com a natureza e inauguram o discurso geográfico na medida em que se constitui no elo que torna indivisível a dimensão do ser e do pensamento, responsável pela construção do conhecimento. A discussão ontológica (SILVA, 1992) é o embrião do pensamento geográfico, moldado pelo conhecimento filosófico.

O conhecimento filosófico (PRIGOGINE, 1996) caracteriza-se por ser um conhecimento inclusivo. O conhecimento popular, artístico, técnico, mítico/religioso e metafísico se fundem na perspectiva filosófica. Este caráter inclusivo transformou o conhecimento filosófico em uma forma de conhecimento mais próxima da sociedade, uma forma mais humana de conhecimento.

Na filosofia, a relação metodológica do sujeito e objeto na produção do conhecimento, é, diretamente, a própria relação entre a sociedade e a natureza. Promissora em relação ao método científico que a ciência clássica inauguraria a partir do século XVI, porém, dual, na medida em que estabelece a polaridade homem/meio como condição de produção do conhecimento.

O caráter atemporal da Geografia pode ser explicado por meio do discurso ontológico. Assim, o discurso ontológico pode ser visto enquanto a primeira manifestação do pensamento geográfico. Em consequência, o conhecimento filosófico deriva da evolução das formas primitivas do fazer geográfico. O produto/significado, desse fazer geográfico primitivo num espaço geográfico criado pela consciência evoluída do homo sapiens foi o primeiro objeto de inquietação/discussão do homem, enquanto ser empírico dotado de uma possibilidade projecional metempírica/metafísica.

O fazer geográfico necessariamente proposital, nos primórdios, relacionava-se com a condição biológico-genética de sobrevivência da espécie, frente às

adversidades naturais. Organizar o espaço geográfico desde então passou a ser um atributo humano. Um atributo existencial necessário à consolidação da sua presença num Mundo, que passaria, então, a ser seu. Até que ponto pode-se afirmar que conhecimento filosófico é uma fase do conhecimento geográfico? Quais as implicações disso no pensamento geográfico moderno? Não há dúvida de que a pertinência destas relações é o dispositivo que coloca a Geografia, na atualidade, como ciência capaz de romper com os grilhões que, inclusive, a aprisionaram na camisa de força das formas pré-moldadas do reducionismo cartesiano, e que representa a própria crise atual da ciência clássica, com a possibilidade de largar na linha de frente do processo de construção de um novo paradigma para as ciências. O processo que, de certa forma, já se iniciou encontra dificuldade em responder a estas perguntas, na medida em que ainda depende da formalização de um discurso homogêneo, por meio de uma linguagem independente.

O fazer geográfico é, por força da lógica, anterior ao pensar geográfico. Este, por sua vez, quando surge, revela-se elaborado em um discurso. Pode-se dizer que as origens do pensar geográfico estão vinculadas ao desenvolvimento dos processos de linguagem. Dessa forma, possivelmente, ambos surgiram concomitantemente. As etapas de sistematização deste discurso equivalem ao desenrolar da história filosófica do homem. Pode-se afirmar que a filiação recíproca entre conhecimento filosófico e conhecimento geográfico responde pela própria natureza e constituição do homem epistêmico. Assim, a presença da filosofia na história do pensamento geográfico é tão forte que o objeto metodológico de sua pesquisa poderia ser (e, de certa forma é) a própria ética na relação homem/homem e homem/meio, ou seja, na relação sociedade/natureza, no espaço-tempo.

A priori, o conhecimento, se verifica enquanto conhecimento de mundo, e surge a partir do momento em que o homem epistêmico se desprende do homem empírico. Neste momento o homem se vê no mundo. Essa metafísica permitiu-lhe refletir sobre a condição de sua existência no mundo, por meio do desenvolvimento de uma linguagem própria diferenciada dos demais seres vivos. Esta linguagem surge na forma de discurso que materializa a realidade empírica, dando condição de existência real ao homem, nas práticas sociais em grupo. Piaget (1978) dedicou especial atenção ao homem enquanto ser epistêmico. Para este autor “o estudo dos processos de pensamento presentes desde a infância inicial até a idade adulta. Interessou-se basicamente pela necessidade de conhecimento típico do homem, que o define como espécie ‘homo sapiens’”. (RAPPAPORT *apud* FIORI e DAVIS, 1981, p. 51). Em contraposição, Vigotsky (1997), define o homem enquanto ser epistêmico, mas segundo o autor, é pela cognição que o pensamento se estrutura e em consequência disso, o conhecimento. Vigotsky (1998, p. 45), afirma que “o surgimento do pensamento verbal e da linguagem como sistema de signos é um momento crucial no desenvolvimento da espécie humana”, [...] momento da passagem do ser biológico para o ser sócio-histórico, pela mediação simbólica.

Neste sentido, discurso geográfico revela a dimensão simbólica e ideológica que surge como consequência da presença e ação do homem no mundo. Neste sentido este discurso deve ser ontológico, para que garanta a busca da essência da realidade dentro da totalidade complexa, holística e dialógica do ser no mundo.

As origens do poder vinculam-se às próprias origens do homem enquanto ser social, por meio do surgimento de hierarquias locais. Sabendo-se que o substrato terrestre, permeado por seres humanos, é o objeto máximo de estudo da geografia e, sendo este substrato correspondente ao que hoje conhecemos como ambiente terrestre, incluindo todas as demais formas de vida, tem-se caracterizada a complexidade do mundo vivido e do mundo pensado pelo homem. Leff (2002) classifica essa complexidade como um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes do conhecimento.

Este desprendimento metafísico em relação à natureza fez surgir um homem epistêmico. Tal mecanismo permitiu aos seres humanos construir seu próprio mundo, um mundo idealizado/planejado, graças ao livre-arbítrio característico da essência subjetiva da espécie humana.

Pode-se dizer que a origem do homo sapiens promoveu a ruptura entre um espaço natural pretérito concebido/idealizado como uma espécie de primeira natureza (SANTOS, 1996), para um espaço artificial/virtual, imagem projetada do mundo empírico, desenvolvida especialmente, e intencionalmente, para um homem epistêmico.

Assim a teoria geográfica explica que “na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social”. (LEFF, 2002, p.21). A reação contrária aos desígnios de uma natureza consciente e misteriosa forçaria o homem a assumir uma posição defensiva, acreditando poder, por meio do conhecimento sistematizado, estabelecer as leis para, posteriormente, controlar os fenômenos naturais que, de certa forma, determinavam a condição da presença humana nos diversos espaços terrestres.

Bachelard ensaiando uma crítica sobre o projeto de ciência racionalista, inspirada na alienação do homem, do espaço natural, considera que:

[...] o espírito científico deve formar-se **contra** a Natureza, contra o que é, em nós e fora de nós, o impulso e a informação da Natureza, contra o arrebatamento natural, contra o fato colorido e corriqueiro. O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma. Só pode aprender com a Natureza se

purificar as substâncias naturais e puser em ordem os fenômenos baralhados [...] BACHELARD (1996, p.29). (grifo do autor)

Essa ausência da percepção de pertencimento e a insatisfação frente a indiferença do mundo levou o ser humano a construir mundos paralelos. Espaços perfeitos em sua representação matemática. Novo éden abstrato de leis frias, em tudo previsível e, em tudo, controlável. Irreal e ilusório. Novo mundo reduzido em escala. Miniaturizado através de técnicas geométricas. O mundo das cartas passa a ser o mundo dos geógrafos. E, na condição de deuses desses novos mundos, o transportam em suas bolsas e, às vezes, em seu bolso.

Esse é o mundo que os geógrafos construíram para si através da ciência cartográfica. Nele, eles apontam com o dedo e localizam precisamente as suas pequenas casas quadradas e retangulares. “Ensinam a todas as pessoas que elas também moram ali. Dentro daquelas linhas. Na superfície de uma folha de papel” (ALVES e ROCHA, 2005).

Nesse mundo racional as questões ontológicas foram subtraídas. A ação do homem é representada de forma absoluta, na alteração de um determinado trecho de uma curva de nível. No desenho de novas linhas paralelas ou perpendiculares, ou, ainda, formando ângulos intermediários. O geógrafo contemporâneo preso no próprio espaço que construiu, e que, ao invés de espaço-prisão, chamou de espaço geográfico, deve almejar libertar-se desses velhos sistemas interpretativos de inspiração iluminista que construiu reencontrar-se com o mundo empírico e reconstruir seus vínculos de pertinência com a natureza.

Unidade e contradição das relações sócioambientais e a produção do espaço geográfico

“A menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado da produção da natureza” (SMITH, 1988, p.109). Essa produção da natureza é dada pela totalidade das relações humanas e pelas contradições existentes nelas, incluindo toda a produção dos bens materiais, “porque as coisas, do ponto de vista material não estão no espaço. As coisas, os objetos são espacialmente estendidos” (EINSTEIN, 2003, p. 52).

Quando se fala em contradição, refere-se ao seu caráter conflituoso, dicotômico e antagônico, mas no sentido da unidade de contrários. “Não existe dialeticamente a ‘contradição’ em geral; existem contradições, cada qual com seu conteúdo concreto com seu movimento próprio, que deve ser penetrado em suas conexões,

em suas diferenças e semelhanças.” (LEFEBVRE, 1995, p 238.). É nesse sentido que recai a análise da produção do espaço.

Do ponto de vista geográfico a compreensão do espaço passa pela interpretação da dimensão geométrica que é o lugar.

O lugar, [que é] assim a identidade posta do espaço e do tempo, é primeiramente por igual a contradição posta que é o espaço e o tempo, cada um em si mesmo. O lugar é a singularidade espacial, e também indiferente, e é isto somente como agora espacial, como tempo, de modo que o lugar é imediatamente indiferente ante si, como este exterior a si, a negação de si e um outro lugar. Este desaparecer e regenerar-se do espaço no tempo e do tempo no espaço, de modo que o tempo para si é posto espacialmente como lugar, mas esta espacialidade indiferente do mesmo modo e de imediato e posta temporalmente – é o movimento. Este vir-a-ser é, porém ele mesmo igualmente o colapsar sobre si [interno] de sua contradição, a unidade imediatamente idêntica aí-essente de ambos, a matéria. (HEGEL, 1997, p.47,53-54). (grifos do autor).

Assim, pode-se dizer que a unidade espaço-tempo para análise geográfica é, sem dúvida, o lugar. Nele, a sensação/percepção empírica de simultaneidade, dada pela imagem, confunde-se, para o interesse tipicamente geográfico, com a essência dialética da realidade. Os limites e o conteúdo do lugar formam uma unidade que evolui no espaço-tempo de forma independente, mesmo quando considerados os fatores externos, como os de ordem política e econômica.

Hegel, ao tecer considerações sobre a natureza do espaço e do tempo, revela que o termo espaço é a determinação dada pela natureza sobre o ser, ao tempo que o conceito de espaço é abstrato, o ser o vê como se estivesse fora dele. A abstração entra na análise espacial sem levar em consideração a categoria tempo. O tempo para Hegel refere-se à negatividade presente como um ponto no espaço, isto é, o tempo permite que as determinações, ou seja, as ações que definem o conceito de espaço sejam materializadas. Mas também o conceito de tempo é abstrato, pois o que o ser consegue definir sobre o tempo são as suas dimensões tais como presente, passado e futuro, isto na visão de Hegel corresponde ao vir a ser e como tal nasce daí os conceitos tempo-espaço.

O espaço [...] A determinação primeira ou imediata da natureza é a abstrata universalidade de seu ser-fora-de-si, a equivalência dele sem mediação, o espaço. Ele é o totalmente ideal ao lado-um-do-outro, porque é o ser-fora-de-si e simplesmente contínuo, porque este fora-um-do-outro ainda é totalmente abstrato e não tem em si nenhuma diferença determinada. [...] O tempo: A negatividade, que se refere como ponto ao espaço e nele desenvolve suas determinações como linha e superfície, são, contudo na esfera do ser-fora-de-si, igualmente também para si e suas determinações ai, mas simultaneamente como ponto na esfera do ser-fora-de-si, nesta ocasião aparecendo como indiferente ao quieto ao lado-um-do-outro. Assim posta para si, é ela [negatividade] o tempo.” (HEGEL, 1997, p. 47,53-54). (grifos nossos) e (grifos do autor).

Ainda segundo Hegel:

O espaço é em si mesmo a contradição do indiferente ser-fora-um-do-outro e da continuidade sem diferenças, a pura negatividade de si mesmo e a **passagem no começo para o tempo**. Igualmente é o tempo – porque seus momentos opostos conservados juntos se supressumem imediatamente – o imediato **cair juntamente** na indiferença, no indiferenciado fora-um-do-outro ou **no espaço**. Assim neste a determinação negativa, o ponto **excludente** não é mais somente em si segundo o conceito, mas posto e em si concreto por meio da total negatividade, que é o tempo; o ponto assim concreto é o lugar. (HEGEL, 1997, p.61) (grifos do autor).

Essa perspectiva de análise demonstra importantes *insights* sobre a natureza da realidade. Revela uma realidade formada por um tecido espaço-temporal fraturado. Essas observações ao serem transpostas para o cenário da discussão geográfica, mostra a tetradimensionalidade que mantém o espaço e o tempo unidos, formando um todo contraditório: indissociável na essência e aparentando serem duas categorias em suas projeções empírica.

[...] as relações espaço-tempo saturam a sociedade em todos os níveis. A espacialidade, em particular, é parte das forças de produção, das relações de produção e da maneira pela qual interagem os níveis ou estruturas da

sociedade. As contradições entre esses níveis se multiplicam e se complicam ainda mais quando interagem dentro da matriz espaço-tempo da organização social (GOTTDIENER, 1997, p. 160).

O homem ao planejar suas ações constrói modelos abstratos cada vez mais próximos aos que serão erguidos, *a posteriori*, no mundo concreto. O seu caminhar interdependente no espaço/tempo geográfico, produzido pelo seu trabalho social, o tem conduzido, na maioria das vezes, a um patamar superior na proporção em que transforma as duas categorias (física e social) *numa única natureza* é a natureza transformada (GOMES, 1991) ou segunda natureza (SANTOS, 2008).

Para Baudrillard (1994, p. 16), uma visão linear e absoluta da história da sociedade, como a parametrizada pela ciência clássica, nada mais é do que um *modelo de simulação*, um tipo de *hiper-realidade* que não só descaracteriza como suprime o espaço-tempo dos fatos. De igual forma.

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básicas da ciência moderna, são, na verdade, redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam. (SANTOS, 2002, p.23).

A identidade dos lugares é apagada e uma nova singularidade técnica passa a representar estrategicamente o lugar. Nesse contexto, a modernidade globalizante fundiu a identidade sócio-cultural dos lugares, ao tempo em que construiu uma singularidade artificial a partir do movimento do capital.

[...] cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica, e uma estrutura de capital própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica, do trabalho. [...] Isso resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de

um tempo específico – daí as diferenças entre lugares.
(SANTOS, 1997, p.12,13)

A imagem de mundo moderno, abstrato, discutida por Santos (op. cit.), bem como a sensação de vazio existencial, resulta da perda do vínculo da tríade ontológica que une o homem a sua condição espaço-tempo. Pode-se dizer que, o espaço das cidades deve ser hoje, mais do que nunca, o alvo por excelência da pesquisa geográfica. A mancha urbana é a imagem refletida de um todo complexo formado por realidades diametralmente opostas. O modo de vida urbano aglutina na imagem uma constelação de lugares singulares que, por mais distantes espaço-temporalmente que estejam, parecem coexistir na imagem.

O estudo das cidades permite compreender, em escala local, a natureza complexa do mundo moderno. O urbano é a síntese do global. Equivale a um espelho e uma projeção de uma realidade mundial homogeneizada pela produção e pelo consumo e, materializada no espaço da cidade por meio dos fluxos. Essa circulação conecta a cidade com o mundo. Permite estabelecer um elo dentro de uma rede virtual, fazendo surgir deste processo a metrópole e, evoluindo o cidadão à condição de cosmopolita.

A imagem da cidade precisa ser decifrada pelo geógrafo, mas não somente isso. Pois por natureza, a geografia tende a ser metodologicamente heterogênea. Neste sentido, seu caráter pode mudar, para George (1979), dependendo de ser ela considerada como um processo descendente ou, em outras palavras, como uma culminância das relações naturais numa “*paisagem natural*”, que define uma “*ecologia do homem*”, ou então como um processo ascendente e conquistador, a partir da “*ação do homem*”, cujo ponto de partida é o estabelecimento humano e o campo de aplicação, seu meio circundante no sentido mais apropriado a cada caso.

Assim, o urbano deve ser encarado na análise geográfica enquanto sistema ilusório de sobreposições infinitas de imagens. Essas sobreposições criam as condições de isolamento e, ao mesmo tempo, mascaram as descontinuidades espaço-tempo que separam as paisagens urbanas. Para o geógrafo, às vezes, um bairro pode esconder várias células espaço-temporais. Por outro lado, uma pequena cidade do interior pode apresentar características homogêneas suficientes para ser caracterizado como um único bloco espaço-tempo.

Não se vê a dimensão real do problema quando se está dentro dele, contrariando uma expressão corriqueira, mas sim, quando se está dentro e fora dele, simultaneamente. A ilusão da tridimensionalidade perde o sentido quando se está acima do objeto observado. Neste nível a realidade da imagem justaposta revela a sua natureza plana e, passa-se a perceber que a profundidade é função única do movimento. As cartas e mapas geográficos são bons exemplos. Segundo Harvey

(1992, p. 224), Ptolomeu imaginava como o globo como um todo seria visto por um olho humano que o visse de fora.

A produção do espaço, a produção e a diversificação da natureza e do território.

Em geografia, a análise espacial nos remete a contemplação da paisagem enquanto algo que representa o real. Mas o conhecimento do real é entendido como processos materiais, é uma emergência epistêmica relativamente recente (LEFF, 2002, p.25). De certa forma, os aspectos visíveis da paisagem são, a princípio, os precursores da busca pelo conhecimento do real. Para atingir os aspectos invisíveis depende-se de uma análise mais detalhada e, para tanto, teórica da paisagem.

A paisagem, neste contexto, é entendida como uma categoria de análise que não deve ser confundida com o espaço, nem deve ser vista como algo que inserida no espaço, pois o espaço é a dimensão da forma e reflete ao mesmo tempo, paisagem, lugar e território. Einstein (2003), afirma que “objetos físicos não estão no espaço. Estes objetos são espacialmente estendidos”. (Grifos do autor)

Numa análise clássica, o território é dado pela configuração das ações dimensionadas pela sociedade tais como rodovias, ruas, avenidas, portos, aeroportos etc. Já o lugar é a métrica, o geométrico do espaço que está representado pela singularidade e particularidade das coisas, universalizadas e transversalizadas pelo modo mais abrangente da sociedade atual que, em última análise, corresponde ao modo de produção capitalista. A paisagem entra aqui como algo que ao mesmo tempo é representada pelos aspectos visíveis e concretos do real. Mas essa concretude ocorre quando se compreende que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1965). Neste sentido, a *paisagem* e o *espaço*, não são sinônimos, paisagem refere-se ao conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (SANTOS, 1999, p.79).

Na dinâmica que fundamenta a relação sociedade-natureza, destacam-se diversos momentos de diversificação da natureza com padrões específicos, para cada momento histórico. “Desde muito cedo, no decurso da evolução da humanidade, o homem descobriu que o seu mundo variava acentuadamente de lugar a lugar” (HARTSHORNE, 1978, p.16). Por muito tempo, a diversidade da natureza era dada pelas forças sociais vigentes da época. Com o advento da industrialização, acentuam-se as atividades humanas, aplicando novos meios e instrumentos que vão diversificando ainda mais a natureza que passa a ser vista como recurso, ou melhor, que a transforma em propriedade privada e, na base de extração de matéria prima para a produção. Lefebvre entende que:

O homem é o ser da natureza que penetra na natureza **(pelo conhecimento)** e a domina **(pelos instrumentos)**; e se ele parece, por causa dos meios que emprega sair da natureza, é apenas para poder reencontrá-la de modo mais profundo, tanto entorno de si como dentro de si. (LEFEBVRE, 1995, p. 228.) (grifos do autor)

Assim, surge uma nova concepção de natureza e de mundo ao qual busca relacionar as transformações espaciais ocorridas com o advento do capitalismo e suas diversas etapas, que em cada momento, imprime na natureza novas formas de “dominação”, de uso e de troca. Mas, segundo Marx (1984), a idéia de dominação da natureza é reducionista e fragmentária, pois, começa com a natureza e a sociedade sendo dois domínios separados e tenta unificá-los, e o que devemos fazer é o procedimento oposto. Ou seja, Marx considera a relação sociedade natureza como sendo uma unidade e qualquer separação que exista entre elas é o resultado simultaneamente histórico e lógico.

Para Smith (1988), ao invés da dominação da natureza, devemos considerar o complexo processo de produção da natureza, já que o argumento de dominação da natureza pode ser unidimensional e livre de contradições.

A produção da natureza é entendida como um paradoxo, já que tradicionalmente, a idéia de natureza transmite um conceito onde ela é vista como algo que não pode ser produzido, é uma dádiva divina, “é a antítese da atividade humana” (SMITH, 1988). No entanto, existe uma diferenciação básica, é a diferenciação do homem perante os animais que se faz a partir do momento em que ele começa a produzir para viver (ENGELS, 1991). Essa produção não cessa, ao contrário ela aperfeiçoa e especializa-se na medida em que homem como ser social historicamente, transforma a si mesmo, a sociedade e a natureza.

Assim, a produção da Natureza é uma produção social, na medida em que a sociedade passa a se articular e se estruturar mediante essa interação e uso, transformando a natureza em recursos cada vez mais diversos. Essa ação proporciona uma potencialidade de uso acelerada no território de cada sociedade, que causa uma espacialidade diferenciada e com novos instrumentos acrescentados àqueles que a própria natureza já possui, um desses exemplos é a disseminação de espécies vegetais e animais por diversos pontos da Terra.

Neste sentido, pode-se falar em produção e reprodução do espaço, conjugado com essa produção da natureza. A produção espacial é entendida aqui pela distribuição de atividades que, segundo Santos (2004), resulta na totalidade de recursos e por sua vez na divisão territorial do trabalho. Essa divisão é materializada na formação sócio-espacial de uma determinada sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade da natureza estabelecida pelas relações sociedade-natureza é “processo e resultado” (SANTOS 2003). Como resultado tem-se a divisão territorial comandada pelo trabalho. Como processo, uma nova conceituação que pode ser entendida como o da biodiversidade. Essa natureza biodiversa, altera todo o conjunto dos conceitos herdados do paradigma físico, levando a refazer a noção de estrutura e movimentos da natureza e de recursos naturais a partir de uma nova forma de percepção e atitude espacial, (MOREIRA, 2006).

Nos dizeres de Moreira (2006), essa nova concepção do espaço geográfico materializa-se com a nova feição técnica da produção que é a bioengenharia, deslocando o foco da repetição mecânica promovida pela produção industrial, para a lógica da diferenciação.

A conclusão dos trabalhos expostos aqui neste estudo formaliza um referencial destinado a fundamentar pesquisas que refletem investigações geográficas e ou de cunho sócioambiental, cujas análises se concentram sob as condições que se fizeram presentes na concepção de todo o arcabouço teórico e da base epistemológica engendrada nessa produção.

Ressalte-se dessa base epistemológica, a compreensão do significado da categoria de análise, o espaço e sua articulação com o estudo sócioambiental. Além de diversos temas relacionados com a categoria espaço geográfico, articulados no desvendamento da relação sociedade-natureza, sendo o ponto de partida para análise sócio-espacial elaborada no escopo teórico do planejamento ambiental, tanto para o espaço urbano como em diversas vertentes da pesquisa geográfica.

Buscou-se a elucidação de categorias teóricas relativas ao estudo da natureza e da sociedade, tais como a estrutura e a forma que definem a configuração territorial dos lugares, tendo como ponto de partida, a análise das relações sócioespaciais da relação sociedade-natureza e do imbricamento teórico-conceitual dos termos espaço-tempo e ambiente além da análise da problemática socioambiental.

REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, A. N. Brasil: paisagens de exceção, São Paulo: Ateliê, 2006.

_____. Domínios da Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2005.

ALVES, C. R., ROCHA, A. A. Geografia e ética: a pertinência do discurso ontológico no pensamento geográfico. X Encontro de Geógrafos da America Latina – São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

- BACHELARD, G. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAUDRILARD, Jean. A sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- EINSTEIN, A. A teoria da relatividade especial e geral. Trad. Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- ENGELS, F. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- GEORGE, P. Geografia Industrial no mundo. São Paulo: Difel, 1979.
- GOMES, H. A produção do Espaço Geográfico no Capitalismo. (Repensando a Geografia). São Paulo: Contexto, 1992.
- GOTTIEDNER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1997.
- HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEGEL, G. W. F. Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: II_.Filosofia da natureza. São Paulo: Loyola, 1997.
- LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. A revolução Urbana. Trad. Sergio Martins, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- _____. Lógica formal / lógica dialética. São Paulo: Civilização brasileira, 1995.
- _____. O Direito à Cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes Ltda. 1981.
- LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Trad. de Luiz Carlos Cabral, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX K. O Capital. São Paulo: Bluker Ltda., 1965.

_____. Para a crítica da economia política. In: manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Coleção os pensadores, 1984.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? : por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Pensar e ser em geografia. São Paulo: Contexto, 2007.

PIAGET, J. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Difel, 1978.

PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

RAPPAPORT, C. R. Modelo piagetiano. In: RAPPAPORT, C. R., FIORI, W. R., DAVIS, C. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: EPU. 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto, Portugal: Afrontamento, 1993.

SANTOS, D. A reinvenção do espaço: Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo, Unesp, 2002.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço habitado. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. Economia espacial. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Armando Corrêa. Ontologia analítica: teoria e método. In. Geografia território e tecnologia. São Paulo: Terra Livre, 1992.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

VIGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VIGOTSKY, L.S. et. al. Linguagem desenvolvimento e aprendizagem. Col. Educação Crítica. São Paulo: Ícone ed., 1998.

Contato com o autor: altemarrocha@gmail.com

Recebido em: 30/08/2009

Aprovado em: 05/06/2010